

A atuação do TCU no Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação

Fábio Augusto de Amorim

1995

SENADO
FEDERAL



Comissão Temporária Interna Obras Inacabadas

“Obra cara é obra parada. Uma obra paralisada penaliza a população duplamente: pela ausência da obra e pelos recursos já aplicados, sem falar na riqueza que se deixa de produzir, em prejuízo do desenvolvimento econômico e social do País.”

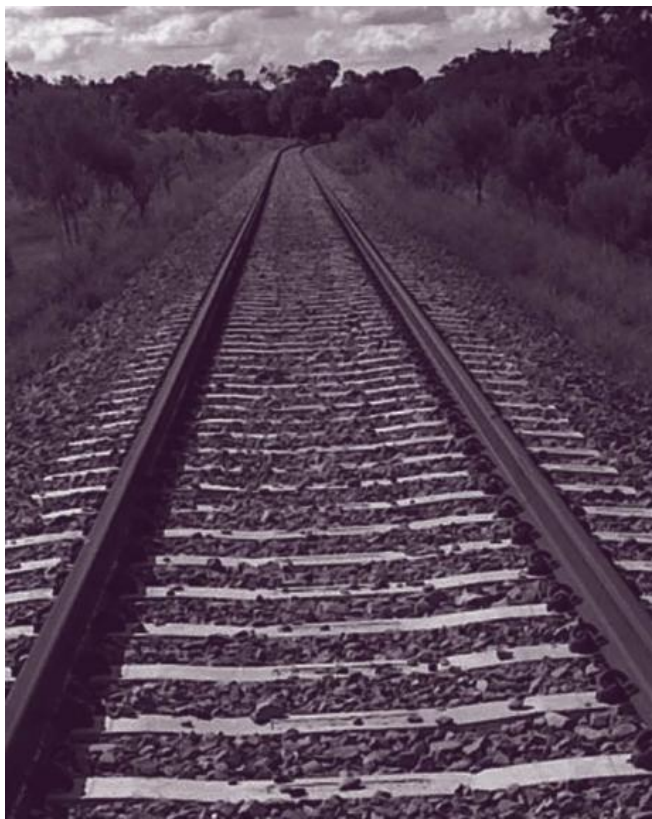
Presidente
Senador Carlos Wilson



1996



Criação do Fiscobras





Levantamento identificou
400 obras
inacabadas
e determinou a criação do
cadastro único
de obras

“Considero que a instituição do cogitado Cadastro consiste em uma providência urgente e imprescindível.”

Relator

Ministro Valmir Campelo

Acórdão 1.188/2007-TCU-Plenário



Tribunal de Contas da União
Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio
da União - Secob

Relatório de Fiscalização
OBRAS INACABADAS

ABRIL/2007

2019



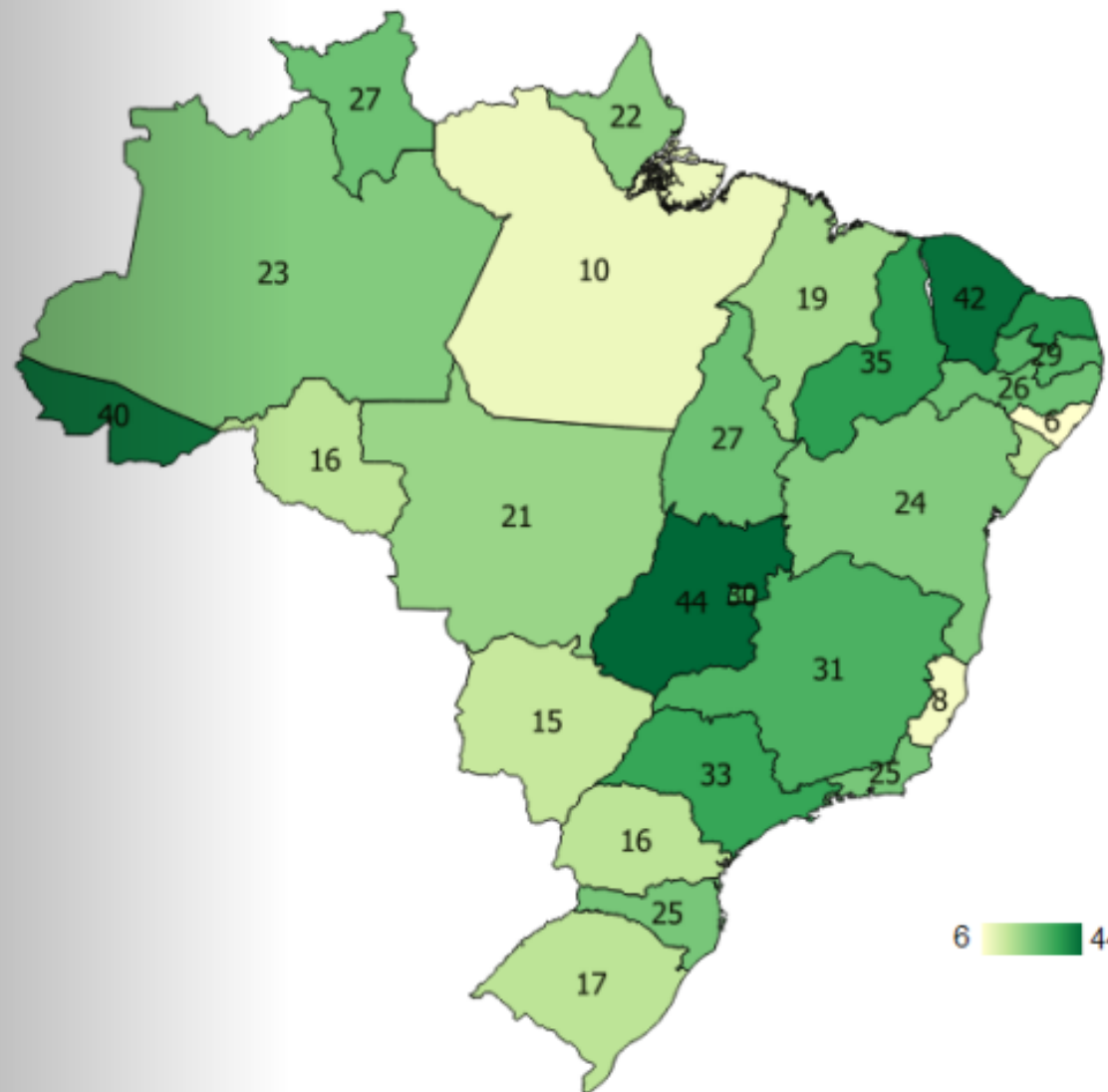
Diagnóstico identificou **14.403**
obras paralisadas

“De plano, os números são assustadores”.

Relator

Ministro Vital do Rêgo

Acórdão 1.079/2019-TCU-Plenário



% do valor dos contratos de obras paralisadas em relação ao
valor dos contratos do total de obras no Estado.

2022



Painel de Obras Paralisadas



Educação

Quantidade de obras

3.993
obras paralisadas

7.388
total de obras

2023



Medida Provisória 1.174 de 12 de maio de 2023

Informações de abril de 2023 revelam que há no País **3.540** obras de infraestrutura escolar voltadas para a educação básica paralisadas ou inacabadas.

Exposição de Motivos

Lei 14.719
de 1º de novembro de 2023



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.174, DE 12 DE MAIO DE 2023

Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica.

Art. 1º Fica instituído o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica.

Parágrafo único. O Pacto Nacional de que trata o caput contemplará as obras e os serviços de engenharia de infraestrutura educacional cujos valores tenham sido repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, que estiverem paralisados ou inacabados na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Medida Provisória, considera-se:

I - obra ou serviço de engenharia paralisado - obra ou serviço de engenharia cujo instrumento esteja vigente, tenha havido emissão de ordem de serviço e o ente beneficiário tenha registrado a não evolução da execução dos serviços; e

II - obra ou serviço de engenharia inacabado - obra ou serviço de engenharia cujo instrumento tenha vencido e a obra ou o serviço de engenharia não tenha sido concluído.

Parágrafo único. O enquadramento de obra ou serviço de engenharia como paralisado ou inacabado considerará a sua situação registrada no sistema informatizado de acompanhamento do Ministério da Educação na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

Art. 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que possuam obras ou serviços de engenharia paralisados ou inacabados poderão manifestar interesse em sua retomada ao FNDE, conforme estabelecido em ato do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 9º.

Art. 4º Na hipótese de obra ou serviço de engenharia inacabado, a retomada será precedida de celebração de novo termo de compromisso entre o FNDE e o ente federativo, do qual deverá constar a repactuação dos valores e dos prazos inicialmente firmados, observadas as regras e as diretrizes da [Lei nº 12.895, de 25 de julho de 2012](#).

§ 1º Poderão ser admitidas mudanças nos projetos iniciais de obras ou serviços de engenharia inacabados, precedidas de análise técnica do FNDE, desde que:

I - as mudanças sejam devidamente fundamentadas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelo Município; e

II - o valor das alterações propostas não exceda ao valor de repactuação previsto no art. 6º.

§ 2º A análise da prestação de contas final deverá contemplar o termo de compromisso inicial e o termo de compromisso de repactuação de que trata esta Medida Provisória.

Art. 5º Na hipótese de obra ou serviço de engenharia paralisado, a retomada será precedida da assinatura de termo aditivo ao termo de compromisso vigente, que deverá contemplar:

I - o termo de compromisso de conclusão da obra;

II - a reprogramação física da execução da obra, incluídos os prazos repactuados; e

III - os novos recursos que serão aportados pelas partes.

Art. 6º As repactuações de valores de que tratam os arts. 4º e 5º observarão os limites percentuais estabelecidos no Anexo, aplicados sobre o valor correspondente à fração não executada da obra ou do serviço de engenharia, de acordo com as informações contidas no sistema informatizado de acompanhamento.

§ 1º Fica autorizado o FNDE a transferir recursos adicionais com a finalidade de prestar apoio à execução da obra ou do serviço de engenharia repactuado nos termos do disposto nesta Medida Provisória, ainda que os recursos inicialmente acordados tenham sido totalmente transferidos.

§ 2º Nas repactuações de que trata o caput, serão computados os saldos financeiros depositados em conta bancária específica vinculada à obra ou ao serviço de engenharia, devidamente atualizados, inclusive aqueles provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

Art. 7º A repactuação dos prazos para a execução das obras e dos serviços de engenharia, em qualquer hipótese, terá vigência máxima de vinte e quatro meses, e poderá ser prorrogada pelo FNDE uma vez por igual período.

Art. 8º Na repactuação entre o FNDE e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, serão estabelecidos os aportes de recursos necessários à finalização da obra ou do serviço de engenharia sob responsabilidade de cada ente federativo.

Parágrafo único. A repactuação poderá ocorrer entre:

Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação

Total



5.642

obras paralisadas ou inacabadas

Interessadas

Aprovadas

Investimento

Vagas

Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação

Total
Interessadas
Aprovadas
Investimento
Vagas



3.784

obras paralisadas ou inacabadas
**com interesse em
repactuar**

Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação

Total

Interessadas

Aprovadas

Investimento

Vagas



2.140

obras paralisadas ou inacabadas
aprovadas no pacto

Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação

Total
Interessadas
Aprovadas
Investimento ►
Vagas

R\$ 2,74 bi
FNDE

Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação

Total

Interessadas

Aprovadas

Investimento

Vagas



446 mil

Dois Turnos

223 mil

Turno Integral

Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação



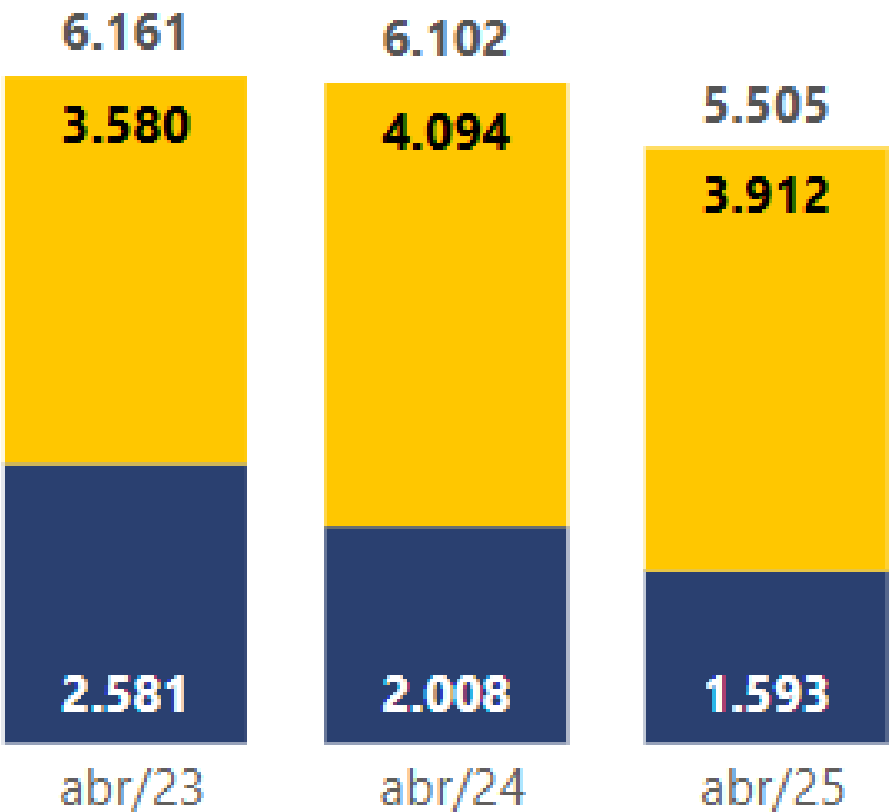
Painel de Obras Paralisadas



Educação Básica

Quantidade de obras por situação

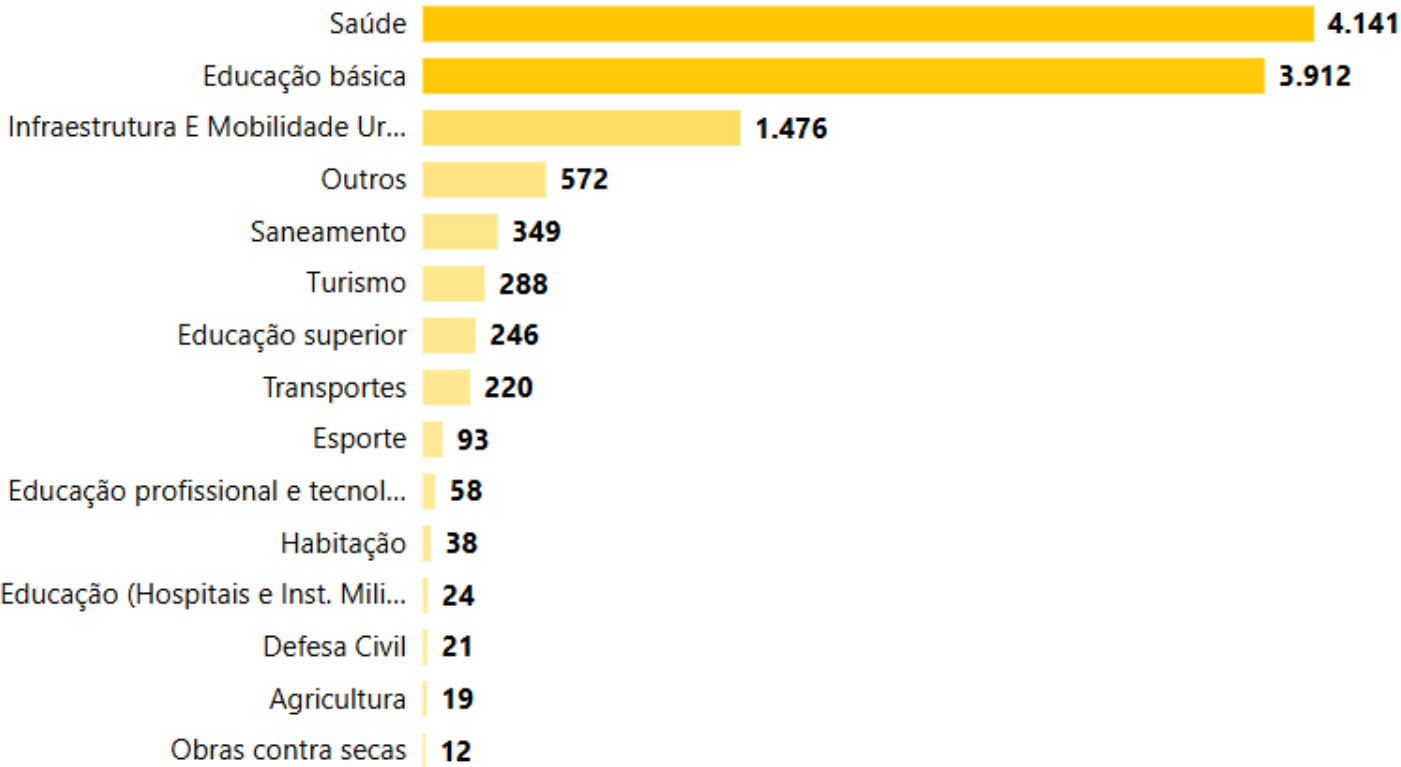
● Em execução ● Paralisada



Painel de Obras Paralisadas



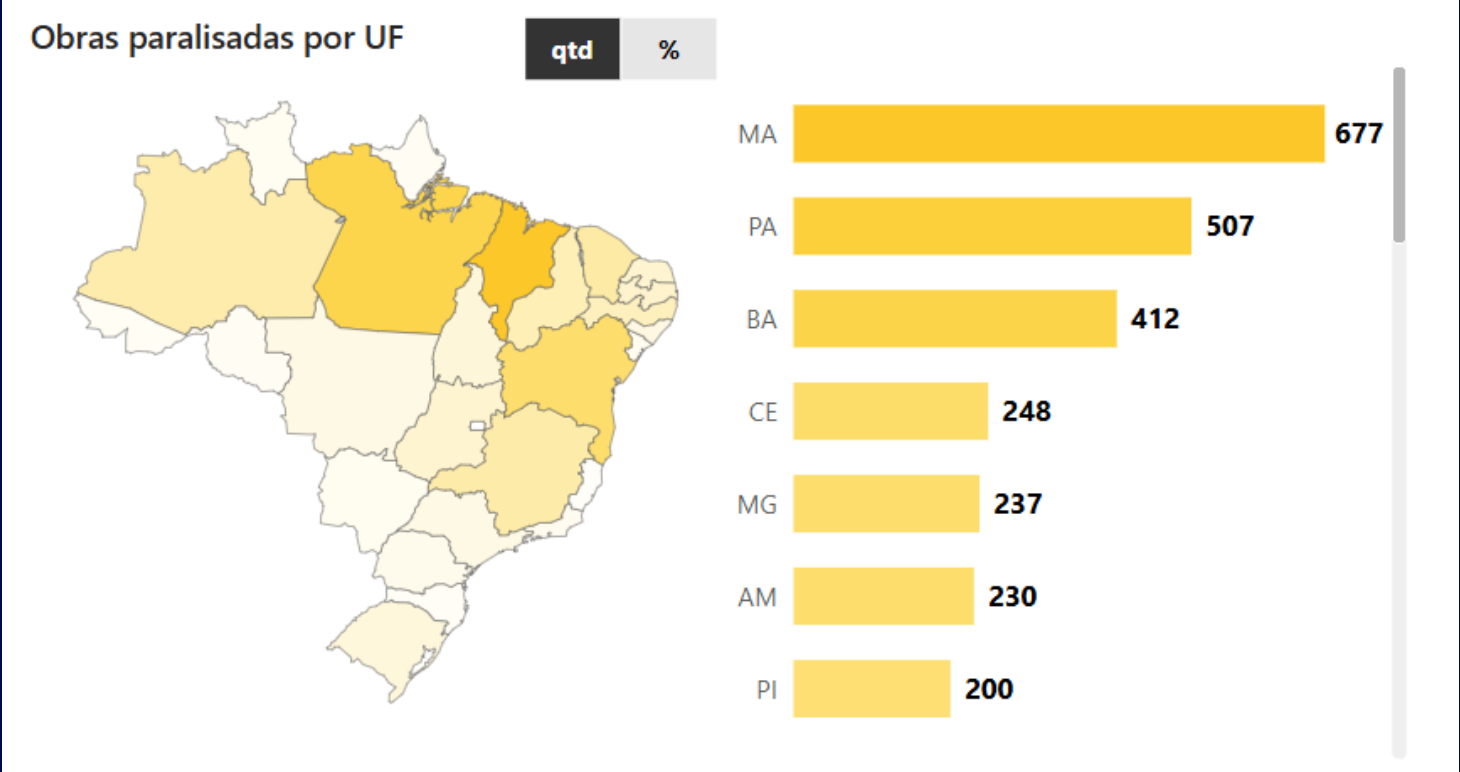
Obras paralisadas por setor



Painel de Obras Paralisadas



Educação Básica



FASES

1

2

3

Atuação do



Modalidade de Fiscalização: Acompanhamento

Início: 2024

Relator: Ministro Jhonatan de Jesus

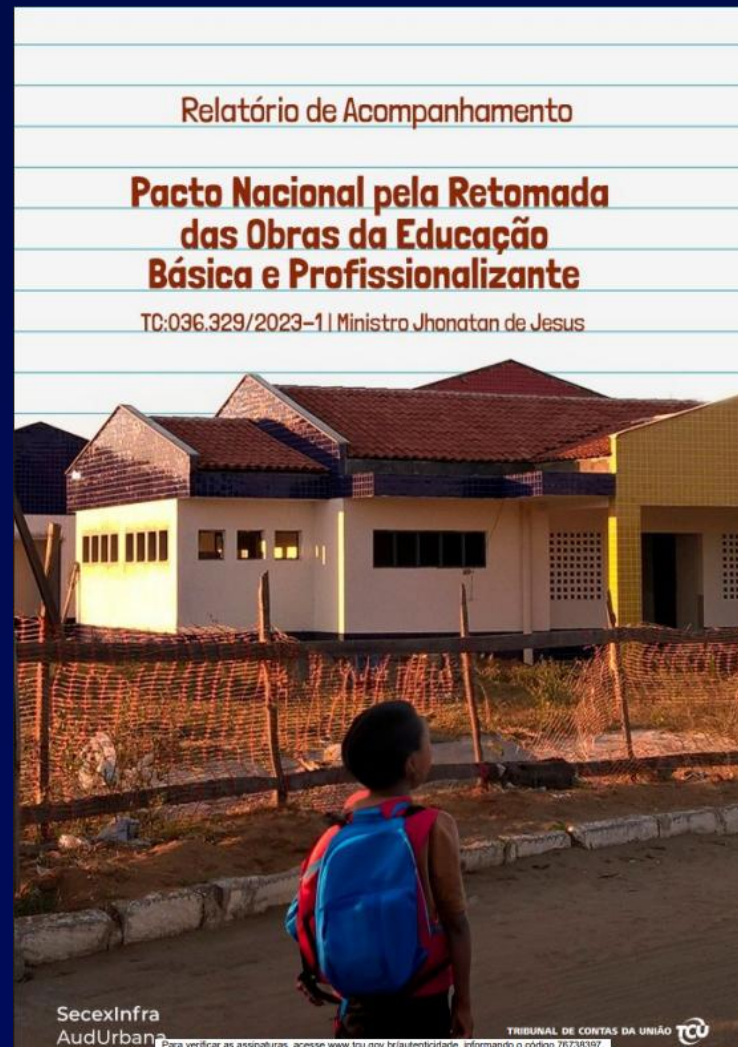
Acórdão 2.103/2024 TCU-Plenário

FASE

1

2

3



Escopo



Transparência



Financeiro

Baixo nível de transparência e incompletude das informações

1



2

3

FASE

Fnde Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação										Pacto de Retomada de Obras	
Detalhamento da Situação das Obras										3.784	
ID	Esfera	UF	Município	Situação da Obra	Tipo de Obra	Tipologia	Situação da Solicitação	Quant. Análise	Data última tramitação		
1118781	Municipal	BA	Castro Alves	Em andamento	Ensino Fundamental	Espaço Educativo - 12 Salas	Termo Gerado	4	25/07/2024		
1116707	Municipal	SC	Itajaí	Concluída	Educação Infantil	Projeto 1 Convencional	Diligência	4	19/08/2024		
1114540	Municipal	MA	São Mateus do Maranhão	Em andamento	Ensino Fundamental	Escola 9 Salas - Térreo	Cancelado	4	28/05/2025		
1113370	Municipal	MA	Açailândia	Em andamento	Ensino Fundamental	Escola 12 Salas	Termo Gerado	4	10/07/2024		
1112671	Municipal	PR	Marilena	Em andamento	Educação Infantil	Creche Pré-Escola - Tipo 2	Diligência	3	15/04/2025		
1112016	Municipal	MA	Maranhãozinho	Em andamento	Ensino Fundamental	Escola 6 Salas com Quadra	Termo Gerado	3	07/08/2024		
1111917	Municipal	PI	Avelino Lopes	Em andamento	Ensino Fundamental	Escola 4 Salas	Cancelado	2	14/06/2024		
1111719	Municipal	AL	Olho d'Água das Flores	Obra Cancelada	Ensino Fundamental	Escola 6 Salas	Diligência	6	24/02/2025		
1110659	Municipal	MA	Pedro do Rosário	Em andamento	Ensino Fundamental	Escola 6 Salas com Quadra	Termo Gerado	5	02/08/2024		
1110582	Municipal	SP	Embu das Artes	Em andamento	Reforma	Reforma	Diligência	2	05/06/2024		
1110461	Municipal	PI	Arraial	Concluída	Quadras e Cobertura de Quadras	Quadra Escolar Coberta e Vestiário - Modelo 2	Cancelado	3	07/05/2025		
1109867	Municipal	MA	Serrano do Maranhão	Em andamento	Ensino Fundamental	Escola 6 Salas com Quadra	Termo Gerado	5	29/07/2024		
1109825	Municipal	SC	Trombudo Central	Em andamento	Ensino Fundamental	Escola 4 Salas com Quadra	Termo Gerado	4	28/08/2024		

Insuficiência na demonstração dos recursos orçamentários e financeiros

1



FASE

2

3

Detalhamento das Ações

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

(MEC) - Poder Executivo

Órgão: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Unidade: 26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Quadro dos Créditos Orçamentários

Programática	Programa/Ação/Localização/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
Operação Especial									4.994.294.473
0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	99 999							4.994.294.473
0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios		F	9-RES	0	99	0	1133	4.992.828.595
			F	9-RES	0	99	0	1444	1.465.878
5111	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade								66.038.778.498
Atividade									4.894.649.429
5111 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	12 368							2.454.148.685
5111 20RP 0001	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Manutenção								2.454.148.685
5111 00SU	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil	12 365							615.604.504

Participação Cidadã

FASE

1

2



3



FASE

1

2



3



FORÇA TAREFA
CIDADÃ



Observatório[®]
SOCIAL DO BRASIL



1. CHAMADA DE VOLUNTÁRIOS

2. TREINAMENTO

3. VISITA ÀS OBRAS PELOS CIDADÃOS

4. UTILIZAÇÃO DE APLICATIVO

5. CONSOLIDAÇÃO E ACOMPANHAMENTO



Integração dos Órgãos de Controle

FASE

1

2

3



Premissas do trabalho

Foco no cidadão

Participação cidadã

Relacionamento institucional

**A conclusão das obras
depende do engajamento
e envolvimento de todos!**



Obrigado!

fabioaf@tcu.gov.br

